

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo:** ciência e arte na política da beleza. Chapecó, SC: Argos, 2007. 452 pg.

Políticas da perfeição: sobre a gestão do corpo idealizado

Politics of perfection: on managing the idealized body

Cristiane Cecchin¹

A ciência aliada à arte em um projeto de invenção do Brasil moderno. Mais especificamente, em um programa de inserção do país nos caminhos da modernidade ocidental, que se impõe na idealização de um mundo civilizado, completo, perfeito, paradigmático. Para o alcance de tais propósitos, torna-se primordial que as políticas estatais se orientem nos desígnios próprios da governamentalidade, com o foco das preocupações administrativas direcionado para a ordenação dos indivíduos em sua concepção coletiva, na gestão da população.²

Governar o povo, administrar os cidadãos como configuração da nação, implica construí-los, produzi-los, moldá-los conforme as máximas dos interesses do Estado que se pretende delinear nas idealizações do progresso civilizador como cultura do Ocidente moderno. Deste modo, o sujeito idealizado, a ser criado frente aos padrões emergentes, deve manter-se no vínculo entre a perfectibilidade moral e física, na estruturação do “corpo magistral” pelas vias da purificação da raça como constituição do caráter étnico-racial desejado para a nação.

Sob tais parâmetros, o objeto centralizado nas discussões da historiadora Maria Bernardete Ramos Flores sobre a “tecnologia e estética do racismo” se define na “cultura de raça” como coisa cultivada, pensada, criada, num evento que articula as visualizações sobre a nação, o corpo e a sexualidade. A cultura de raça, designada como tecnologia que emprega métodos de eugenia para o aperfeiçoamento e embelezamento da espécie, surge como intento ocidental em finais do século XIX, estendendo seus

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail para contato: criscecchin@yahoo.com.br

² Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

aprimoramentos até a primeira metade do século XX. Dialogando com diversos intelectuais que configuram o que chama de a *intelligentsia* brasileira da época – em sua maioria médicos, sexólogos, mas presentes também jornalistas, antropólogos, sociólogos, juristas, literatos etc. –, Flores apresenta suas argumentações acerca do desenvolvimento de uma política nacionalista da beleza como uma querela de natureza interdisciplinar, pautando a diversidade de saberes envolvidos no tema ante os alicerces do discurso científico, verdadeiro e autorizado. Sob os auspícios da ciência e da racionalização eugênica, portanto, é que se legitima a batalha contra a degeneração do povo, estigmatizado pela miscigenação que promove todo tipo de fealdade e depravação genética.

Frente aos intentos de criação da “boa raça” capaz de aglutinar as qualidades nacionalistas inerentes ao homem brasileiro idealizado, o racismo de Estado investe suas ações no desenvolvimento das técnicas da vida adequadamente concentradas na invenção do caráter nacional, convertido à representação da beleza como atributo nas escalas de civilização, evolução e modernidade. As investidas das teorias racialistas direcionam-se, nesta feita, ao forjar dos sinais para o corpo idealizado como suporte às faculdades psicológicas do cidadão incutido na política da perfeição, disposta à conformação de uma organização “taxonômica” da humanidade: o homem branco, belo, inteligente, civilizado, sobreposto aos demais – escuros, disformes, medíocres e bárbaros. Nesta tendência, a fundamentação da Eugenia como ciência e como arte contribui na acomodação dos parâmetros a este projeto estético e científico, posto em evidência no corpo do homem brasileiro. Como arte, age na conceituação dos cânones artísticos propostos como referência ao trabalho da ciência, encarregada da produção das tecnologias propostas a esculpir e moldar os corpos ideais na conquista da perfeição.

Paralelamente, portanto, à morfologia artística e à fisiologia científica na busca pela restauração da população, empenha-se um esforço político na intervenção dos corpos geradores, como ato de enquadrar os comportamentos sexuais visando à reprodução destes intentos governamentais. Para a realização de desígnios tão centrados numa política populacional, é imprescindível a organização e ordenação das famílias nos propósitos de uma “norma”,³ capaz de delinear os contornos da família nos desejos de edificação da futura nação civilizada. Nesta linha, as políticas de

³ Para discussões sobre a norma familiar burguesa, cf. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004; AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar? A família popular do século XIX**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.

controle dos comportamentos sexuais se inscrevem nas prescrições dos “papéis naturais” de gênero para a estruturação da biopolítica produtora de homens e mulheres normalizados, por meio da condenação e enquadramento de todo desvio ameaçador da ordem familiar imposta na busca pela sociedade regenerada.

Sob os contornos de tal projeto, a “virilização da raça” emerge como circunstância primordial para esboçar a pátria modernizada e arranjada nos caminhos do progresso tecnológico, capaz de inserir o Brasil no curso dos Estados inclusos nos programas da civilização ocidental. Entre as polêmicas assinaladas sobre tradição e inovação cultural, instauram-se debates e solicitações de uma sociedade viril, apta a encerrar o país nos cânones do trabalho, da objetivação pragmática e progressista, capacitada a dirigir a sociedade nas linhas da regeneração do povo, disposta no debate intelectual do momento. Ante a contenda entre o americanismo utilitarista e os humanismos europeus, surge a necessidade de reverter o antilusitanismo, numa revalorização do elemento português como meio de contornar os problemas do passado sombrio e rumar em direção ao futuro promissor, na suposição de uma reforma étnica através da aproximação com a imagem do colonizador branco europeu civilizador e adequado aos requisitos da modernidade e do progresso.

Neste caminho, as discussões da autora sobre a inserção do Brasil em um projeto ocidental que pressupunha a organização da população sob um caráter nacionalista de reconstrução étnica percorrem os posicionamentos discursivos do debate intelectual brasileiro na primeira metade do século XX, sob os imperativos de interpretação da cultura nacional como passo primordial para diagnosticar e indicar os destinos da cura. O aperfeiçoamento moral e físico do povo é alicerçado, assim, em uma elaboração conceitual formulada por intelectuais europeus durante o final do século XIX e início do XX, considerada apropriada para a resolução dos problemas que marcavam as preocupações da “classe intelectual” dispersa pelas diferentes áreas do conhecimento e envolta em torno de uma mesma problemática.

Explorando o *corpus* de materiais que possibilitaram a pesquisa empírica que propôs a reflexão teórica sobre o tema da obra, a historiadora se dispõe a interpretar os dispositivos textuais constituintes de uma produção conceitual que evidencia os intuítos de uma política da escrita, inclinada a balizar os campos da ciência, da arte, da educação e da legislação, com um propósito de formatação do país que se busca forjar no período pesquisado. Pela organização do livro, em forma de coletânea de trabalhos produzidos ao longo de uma década de investigações sobre o

objeto, Flores demonstra o fôlego e a aptidão em discorrer sobre um assunto que se mostra deslizante, escorregadio e sem fronteiras, ao exigir um jogo complexo de acomodação dos caminhos que seguem suas indagações.

Ao longo dos doze capítulos, distribuídos em quatro partes que procuram tecer uma linha de raciocínio elencando motes de discussão, o que a um primeiro momento se parece com um repetitivo exercício teórico sobre um tema cíclico e recursivo, ligeiramente se esclarece na exposição de uma habilidosa competência argumentativa, capaz de articular o alinhamento de um objeto que explora múltiplas possibilidades de abordagem. Do ajuste entre arte e ciência, aglutinadas e dirigidas sob uma política da estética, a pesquisadora explana a possibilidade de articular, sob as análises de teorias culturais, os escopos governamentais direcionados aos diversos aspectos políticos e sociais em um momento do país. Da literatura ao discurso médico, da produção escrita e imagética aos exames objetivos e científicos, das teorizações humanistas aos auspícios do progresso tecnológico, enfim, uma admirável demonstração da ausência de limites entre o discurso político, econômico, científico e cultural nas pretensões administrativas de uma sociedade posta em foco.

No mesmo sentido, a exposição das referidas propostas verificadas em uma política dos escritos em exame situa-se longe de uma significação de realização efetiva dos propósitos governamentais observados. A busca pela construção de uma identidade nacional, fundamentada na restauração étnica da população, de modo algum implica na real concretização de tais intuitos. Flores procura discutir a questão utilizando a polêmica sobre a definição das identidades, que nunca se prestam em sua concretude e finalização, mas advertem-se como produtos de um constante processo de identificação, que se constrói nos interstícios, percorrendo âmbitos difusos e dialéticos, nunca definitivos ou acabados.⁴

Para além de uma reflexão sobre as particularidades intencionais a que se dirigem os discursos analisados, este debate cruza também uma ponderação metodológica sobre a análise e a observação das fontes utilizadas, principalmente as escritas e documentais, para o caso da obra aqui referida. A leitura dos discursos examinados demonstra a habilidade necessária que deve possuir o historiador no cuidado em não traduzir os gestos da sociedade como reflexos automáticos e lineares dos apontamentos

⁴ Cf. BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998; HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

textuais analisados.⁵ Tanto na consideração dos leitores diretos quanto na coletividade como objeto das produções literárias de um momento determinado, devem-se considerar os desvios, as táticas e as anomalias de um estrato impossível de identificar e aproximar na discussão: os sinais, as reverberações sociais de um discurso (im)posto de forma vertical. E a tal parecer a autora proporciona muita atenção – além de ratificar a existência dos discursos divergentes, embora menos expressivos e sempre combatidos pela situação racialista; com frequência são apreciadas considerações sobre a inexistência de condições para a eficácia e a concretização efetiva da homogeneização estetizante na cultura de raça para o Brasil.

A própria coexistência de teorias sobre a relativização cultural, como as inovações socioantropológicas freireanas da época, alcançou um terreno mais fecundo e longo do que o racismo normalizador, proposto no início do século XX pela maioria dos Estados ocidentais. No entanto, apesar das superações acadêmicas dos mitos de democracia racial e igualdades inabaláveis que estes princípios alternativos acabaram por proporcionar, a suposta “superação” do racismo e das segregações sociais e culturais, existente nas compreensões do senso comum, acaba por fortalecer uma camuflagem dos mesmos, ao se tratar o assunto como “tabu”, pela censura das reflexões enredadas por tecnologias do racismo numa época em que não se admite sua constância.

Diante de tal problemática, talvez uma oxigenação das discussões contemporâneas sobre o tema, com reflexões desconcertantes e “fora do prumo” como as da autora, ajude a questionar as trivialidades que ajustam o discurso simples e crente de um racismo superado, suprido por um mundo de conjecturais e pouco convincentes igualdades e equidades humanitárias. Desta forma, é manifesta a contribuição da reflexão indicada pela historiadora ao meio acadêmico, carecendo ainda superar as barreiras das especializações disciplinares para chegar aos debates cotidianos, objetivando polemizar, na sociedade, os caracteres que contribuíram para suas próprias construções culturais e sociais.

Na idealização do corpo perfeito e padronizado pelas políticas da perfeição, a impressão nos imaginários cotidianos garante a permanência de teorias que não alcançaram seu escopo na concretização política homogeneizante da superioridade estética, que suplantara as diferenças

⁵ Cf. DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2004; CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

inferiorizadas. Somente, portanto, ao desalinhar as crenças comuns e abalar as certezas pela desordem e pelo questionamento crítico, é que se podem perceber as concepções não totalmente transgredidas nas contemplações frequentes e habituais de nosso tempo.